

EXPOSIÇÃO TEOLÓGICA DOS SÍMBOLOS PARTICULARES

*Eu, J. S. Nascimento, Sob a orientação Particular da Teologia Reformada
Presbiteriana, Exponho:*

APRESENTAÇÃO GERAL

Constitui a expressão organicamente unida aos meus cinco símbolos — a “**Declaração Breve Particular**”, a “**Declaração Simples Particular**”, o “**Credo Particular**”, a “**Cláusula de Submissão Civil**” e a “**Confissão Pública**” —, aos quais se agregam os **Artigos do Regimento Doméstico, os Artigos do Matrimônio e os Artigos Relacionados à Linha Escatológica**. Todo este corpo doutrinário assenta-se sobre a Rocha inamovível das Santas Escrituras, cuja autoridade suprema é confessada como Regra infalível de Fé e Prática. Dialoga-se com a tradição reformada clássica de Westminster e seus Catecismos, todavia imprime em cada locus uma tônica singular: a criação inteira, a história e a própria subsistência do crente são compreendidas como existência comunicada, continuamente mantida pela Palavra poderosa de DEUS. Esta perspectiva jamais anula a agência moral das criaturas; antes, afirma-a como resposta subordinada e sustentada, de modo que nem o panteísmo, nem o deísmo, nem o autonomismo criatural encontram guarida. O que se segue é uma exposição fiel, artigo por artigo, tópico por tópico, em linguagem reverente e cadência solene, para instrução dos santos e defesa da verdade.

A. AS SANTAS ESCRITURAS: FUNDAMENTO INQUEBRANTÁVEL

***I.** O cânon e a inspiração divina*

Os sessenta e seis livros do Antigo e Novo Testamentos, e somente estes, foram inspirados por DEUS — Theópneustos —, de tal modo que o fôlego divino os tornou a própria Palavra do SENHOR, na qual escritores humanos, movidos pelo ESPÍRITO SANTO, falaram da parte de DEUS com autoridade soberana, infalível e inerrante em tudo o que afirmam.

Nem a Igreja constituiu o cânon, nem a tradição o outorga: a Escritura é auto-autenticadora (autopistós). (II Tim. III, xvi–xvii; II Ped. I, xix–xxi; Ioann. X, xxxv; Apoc. XXII, xviii–xix)

ii. A suficiência e a perspicuidade das Escrituras

Bastante é a Escritura para ensinar, redarguir, corrigir e instruir em justiça, a fim de que o homem de DEUS seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda a boa obra. Em tudo quanto é necessário para a salvação e a vida piedosa, a Palavra não é obscura nem exige magistério infalível que a complete; antes, em seus pontos centrais, brilha com clareza tal que até os simples a podem compreender, desde que iluminados pelo mesmo ESPÍRITO que a inspirou. (Psal. CXIX, cv; II Tim. III, xvi–xvii; Deut. XXIX, xxix)

iii. A única regra de fé e prática

Toda tradição, concílio, decisão eclesiástica e opinião humana deve curvar-se diante da Escritura como juízo final e supremo. As confissões e os catecismos são recebidos com estima enquanto se conformam à Palavra; todavia, a nenhum deles se atribui autoridade igual ou superior à dos escritos sagrados, nem se admite que a consciência do crente seja atada senão pela própria voz de DEUS na Escritura. (Isai. VIII, xx; Mat. XV, iii–ix; Act. XVII, xi)

B. DEUS EM SUA ESSÊNCIA E TRINDADE

i. A natureza divina

Há um só DEUS vivo e verdadeiro, que é ESPÍRITO infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade. Ele é onipresente por sua imensidade, onipotente por sua vontade soberana, onisciente quanto a todas as coisas passadas, presentes e futuras, e perfeitíssimo, de modo que nele não há composição,

potencialidade inacabada nem sombra de variação. (Deut. VI, iv; I Cor. VIII, iv, vi; Mal. III, vi; Iac. I, xvii; Psal. CXLVII, v)

ii. A Trindade Santíssima

Este DEUS único subsiste em três Pessoas co-essenciais e co-eternas — PAI, FILHO e ESPÍRITO SANTO —, iguais em poder e glória, consubstanciais e dignas de igual adoração. Cada Pessoa possui a inteireza da deidade, e todavia não há três deuses, mas um só DEUS, visto que as Pessoas não dividem a essência, antes a possuem indivisa. (Mat. XXVIII, xix; II Cor. XIII, xiii; Ioann. X, xxx; Ioann. XV, xxvi)

iii. A fonte da divindade e as relações eternas

O PAI é de ninguém gerado nem procedente; o FILHO é desde a eternidade gerado do PAI; o ESPÍRITO SANTO desde a eternidade procede do PAI e do FILHO. Afirmamos, portanto, a geração eterna e a processão, pelas quais se distinguem as Pessoas sem quebra da unidade, sendo o PAI a fonte da divindade e o FILHO e o ESPÍRITO, cada um à sua maneira pessoal, oriundos do PAI, co-iguais em essência. (Ioann. I, i–iii, xiv; Ioann. XV, xxvi; Gal. IV, iv–vi)

C. OS DECRETOS ETERNOS E A PREDESTINAÇÃO

i. O conselho da vontade de DEUS

Desde toda a eternidade, segundo o beneplácito de sua vontade e para a manifestação da sua glória, DEUS ordenou livre e imutavelmente tudo quanto acontece no tempo, sem que seja autor do pecado, antes dispondo os meios tanto quanto os fins, de modo que a liberdade das criaturas, longe de ser violentada, é estabelecida como agência subordinada que opera sob a soberania sustentadora do Criador. (Eph. I, xi; Rom. XI, xxxvi; Isai. XLVI, x)

ii. A eleição e a reprobção

Dentro desse decreto, DEUS predestinou alguns para a vida eterna — os eleitos —, segundo o puro louvor da sua graça, sem previsão de méritos, mas unicamente por seu livre amor em CRISTO. Aos demais, os réprobos, ordenou deixar em sua justa condenação, para demonstração da sua justiça; e ninguém pode contender com a vontade do Altíssimo. (Eph. I, iv–v, xi; Rom. VIII, xxix–xxx; Rom. IX, xiii–xxii; Mat. XXV, xxxiv, xli)

D. CRIAÇÃO E PROVIDÊNCIA: A EXISTÊNCIA COMUNICADA

i. A criação ex nihilo

DEUS criou todas as coisas, visíveis e invisíveis, do nada, pela palavra do seu poder, no espaço de seis dias, e tudo era muito bom. Nem a matéria é eterna, nem o mundo emanou da essência divina: o universo recebeu o ser por ato positivo e livre da vontade de DEUS. (Gen. I, i–xxxi; Psal. XXXIII, vi, ix; Heb. XI, iii)

ii. O homem como imagem de DEUS

Formado do pó e insuflado com o fôlego da vida, o homem foi criado macho e fêmea, à imagem e semelhança de DEUS, revestido de conhecimento, justiça e santidade verdadeiras, com domínio sobre as criaturas inferiores. Esta imagem, embora maculada pela queda, não foi de todo perdida, antes é restaurada progressivamente nos eleitos, até que, na consumação, resplandeça em plenitude. (Gen. I, xxvi–xxviii; Eph. IV, xxiv; Col. III, x)

iii. A existência comunicada e a sustentação contínua

Nenhuma criatura subsiste em si mesma; toda a criação, desde a maior galáxia até o mais ínfimo átomo, existe como efeito presente e comunicado

da Palavra sustentadora de DEUS. Ele mantém, momento a momento, o ser de todas as coisas, de tal maneira que, se retirasse sua mão, tudo volveria ao nada de onde proveio. Esta doutrina, longe de anular as causas segundas, confere-lhes realidade e eficácia derivadas. (Col. I, xvi–xvii; Heb. I, iii; Act. XVII, xxviii; Neh. IX, vi)

IV. A providência soberana

DEUS governa, dirige e dispõe todas as criaturas e todos os eventos, desde a queda de um cabelo até o curso dos impérios, segundo a sua sábia e santa providência, sem jamais violentar a liberdade das criaturas nem tornar-se autor do pecado. A mão que sustenta é a mesma que orienta; portanto, o crente descansa na certeza de que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a DEUS. (Psal. CIII, xix; Mat. X, xxix–xxx; Rom. VIII, xxviii; Eph. I, xi)

E. A QUEDA DO HOMEM E O PECADO ORIGINAL

I. A desobediência de Adão e a ruína da raça

Nossos primeiros pais, deixados à liberdade de sua própria vontade, caíram do estado de inocência ao comer o fruto proibido, transgredindo o mandamento expresso de DEUS. Por essa desobediência, toda a humanidade descendente de Adão por geração ordinária — exceto o SENHOR JESUS — contraiu o pecado original, a corrupção de toda a natureza e a justa condenação à morte eterna. (Gen. III, vi–viii, xiii, xix; Rom. V, xii, xviii–xix; Eph. II, i–iii; Psal. LI, v)

II. A corrupção total

Após a queda, o homem perdeu inteiramente a capacidade de qualquer bem espiritual que o conduza à salvação. Não há em sua vontade, inclinação ou entendimento senão trevas; sua vontade, embora livre no sentido de agir espontaneamente, está cativa ao pecado e não pode

converter-se a DEUS sem que a graça soberana a vivifique primeiro. (Rom. III, x–xii; Ioann. VIII, xxxiv–xxxvi; Eph. II, i–iii; I Cor. II, xiv)

F. O PACTO DA GRAÇA E A MEDIAÇÃO DE CRISTO

i. A instituição e unidade do pacto

Desde a primeira promessa feita no Éden (Gen. III, xv), DEUS estabeleceu o pacto da graça, pelo qual oferece gratuitamente a pecadores a vida e a salvação em JESUS CRISTO, o Mediador único. Este pacto, administrado diversamente no Antigo e no Novo Testamentos, permanece substancialmente um: salvação pela graça mediante a fé no Redentor vindouro ou já vindo. (Gen. III, xv; Gen. XVII, vii; Rom. III, xx–xxi; Gal. III, viii–ix, xiv, xvi; Heb. VIII, vi–xiii)

ii. A encarnação do Verbo

O FILHO de DEUS, segunda Pessoa da Trindade, verdadeiro e eterno DEUS, assumiu a natureza humana verdadeira e perfeita, no ventre da virgem Maria, pela operação sobrenatural do ESPÍRITO SANTO, de tal modo que duas naturezas íntegras e distintas — a divina e a humana — foram unidas inseparavelmente em uma só Pessoa, sem conversão, composição ou confusão. Assim, JESUS CRISTO é verdadeiro DEUS e verdadeiro homem, o único Mediador entre DEUS e os homens. (Ioann. I, i, xiv; Mat. I, xviii, xxiii; Phil. II, v–vii; I Tim. II, v; Heb. II, xiv, xvi–xvii)

iii. A dupla obediência e a obra meritória

Como Cabeça federal dos eleitos, CRISTO obedeceu perfeitamente à Lei de DEUS — obediência ativa — e padeceu a morte de cruz em lugar dos seus — obediência passiva —, satisfazendo a justiça divina e consumando a obra redentora. Sua ressurreição corporal ao terceiro dia, sua ascensão e sua intercessão contínua à destra do PAI constituem coroamento dessa

obra, pela qual os eleitos são justificados, adotados e, por fim, glorificados. (Rom. V, xix; II Cor. V, xxi; I Cor. XV, iii–iv; Heb. VII, xxv; Eph. I, xx–xxii)

G. A APLICAÇÃO DA REDENÇÃO: DA CHAMADA À GLORIFICAÇÃO

i. A incapacidade do homem e a necessidade da graça soberana

Em seu estado caído, o homem é totalmente incapaz de cooperar para a sua salvação; seu livre-arbítrio não é forçado, mas age espontaneamente segundo a sua corrupção, sendo escravo do pecado. Necessita, portanto, da graça soberana que o regenere como ato monérgico de DEUS, sem o qual ninguém pode ver o Reino. (Ioann. VIII, xxxiv, xxxvi; Rom. VI, xvi–xx; Phil. II, xiii; Eph. II, i–iii)

ii. A chamada eficaz e a regeneração

Os que foram predestinados para a vida, DEUS chama eficazmente, pelo seu ESPÍRITO e pela sua Palavra, no tempo aprazível. Ele ilumina os entendimentos espirituais, remove o coração de pedra e implanta um coração de carne, regenerando-os e inclinando-os irresistível, porém suavemente, a abraçar a CRISTO, tornado-os voluntários na obediência. (Rom. VIII, xxx; Ezech. XXXVI, xxvi–xxvii; Ioann. VI, xxxvii, xlv–xlv; Tit. III, v)

iii. A justificação gratuita

Os eleitos, uma vez chamados eficazmente, são justificados gratuitamente pela graça de DEUS, mediante a redenção que há em CRISTO Jesus, não por obras da lei, mas pela fé somente. Esta fé é dom de DEUS, e a justificação consiste na remissão plena dos pecados e na imputação da justiça ativa e passiva de CRISTO, pela qual os crentes são aceitos como justos diante do tribunal divino. (Rom. III, xxiv, xxviii; Rom. IV, v–viii; Rom. V, xix; Eph. II, viii–ix; II Cor. V, xxi)

iv. A adoção como filhos

No mesmo ato da justificação, os crentes recebem o ESPÍRITO de adoção, tornando-se filhos de DEUS e herdeiros com CRISTO, co-participantes das promessas eternas. Esta filiação não anula a distinção entre o FILHO unigênito e os filhos adotivos, mas confere-lhes privilégio inefável de chamar a DEUS de “Abba, PAI”. (Eph. I, v; Rom. VIII, xiv–xvii; Gal. IV, iv–vii; I Ioann. III, i–ii)

v. A santificação progressiva

Os justificados são também santificados progressivamente pelo ESPÍRITO SANTO, que neles opera o querer e o realizar, mortificando as obras da carne e vivificando as graças do ESPÍRITO. Embora imperfeita nesta vida, a santificação cresce em todo aquele que crê como fruto necessário da fé; é obra da graça que sustenta a resposta humana subordinada, e não mero esforço autônomo. (I Thess. IV, iii; II Cor. VII, i; Rom. VI, ii, iv–vi, xii–xiv; Phil. II, xii–xiii; Eph. IV, xv–xvi, xxii–xxiv)

vi. A fé salvadora e o arrependimento para a vida

A fé justificadora é dom de DEUS, certeza e confiança que recebe e descansa exclusivamente em CRISTO para a salvação. A ela se une inseparavelmente o arrependimento, graça evangélica pela qual o pecador, com verdadeira tristeza segundo DEUS, abandona o pecado e volta-se para o SENHOR em novidade de vida. (Eph. II, viii; Heb. XII, ii; Act. XI, xviii; Ezech. XVIII, xxx; Ezech. XXXVI, xxxi; II Cor. VII, x)

vii. As boas obras

Somente são boas obras aquelas que DEUS ordena em sua Palavra, e não as que os homens inventam sob pretexto de piedade. Elas são frutos da fé, evidências da justificação, e, embora procedam de natureza ainda

imperfeita, agradam a DEUS em CRISTO, devendo ser diligentemente praticadas por gratidão e amor, sem jamais constituir base meritória para a salvação. (Eph. II, x; Iac. II, xvii–xviii, xxii, xxvi; Tit. II, xiv; Tit. III, viii; Mat. V, xvi)

viii. A perseverança dos santos e a certeza da salvação

Aqueles a quem DEUS justifica e santifica são guardados pelo poder de DEUS mediante a fé, de modo que jamais caem total ou finalmente do estado de graça. Ainda que, por vezes, cometam pecados graves e sofram a disciplina divina, são restaurados ao arrependimento e preservados para a salvação. Dessa realidade deriva a certeza que o crente pode e deve ter: fundamentada nas promessas da Escritura, no testemunho interior do ESPÍRITO e nos frutos da santificação; certeza humilde e firme, que não é presunção, e que convive com dúvidas e combates, sendo, por fim, confirmada pela fidelidade do DEUS que sustenta todas as coisas. (Ioann. X, xxviii–xxix; Phil. I, vi; I Pet. I, v; I Ioann. V, xiii; Rom. VIII, xv–xvi; II Pet. I, x)

H. A LEI DE DEUS E A LIBERDADE CRISTÃ

i. A perpetuidade da lei moral

A lei de DEUS, resumida nos Dez Mandamentos, permanece como perfeita regra de justiça para todos os homens; e, para os crentes regenerados, serve de espelho que mostra o pecado (primeiro uso), de freio que coíbe o mal na sociedade (segundo uso) e de guia que orienta a obediência grata (terceiro uso ou teonomia). Guardá-la é fruto e não condição da salvação; quebrá-la é pecado que entristece o ESPÍRITO e atrai a disciplina paterna. (Rom. III, xxxi; Rom. VII, xii, xxii; Psal. CXIX, cv; Mat. V, xvii–xix; Iac. II, viii–xii)

ii. A liberdade evangélica

Os crentes foram libertos da culpa, da condenação e do domínio do pecado, bem como da obrigação das cerimônias mosaicas. Contudo, essa liberdade não é pretexto para a carne, nem licença para violar a lei moral; deve ser exercida com prudência, amor e edificação do próximo, de modo que a consciência permaneça sempre cativa à Palavra de DEUS. Todas as coisas são lícitas, mas nem todas convêm. (Gal. V, i, xiii; Rom. VI, xiv, xvii–xviii; I Cor. VIII, ix, xii–xiii; I Cor. X, xxiii–xxiv, xxxi–xxxii; I Pet. II, xvi)

I. O CULTO SOLENE E OS MEIOS DE GRAÇA

i. A regulação do culto e o Dia do SENHOR

O culto religioso deve ser prestado unicamente a DEUS, e segundo a Escritura, não conforme invenções humanas. Ele compreende oração, leitura e pregação da Palavra, canto de Salmos e cânticos espirituais, e a administração dos sacramentos. O primeiro dia da semana, o Dia do SENHOR, é o sábado cristão, a ser santificado como dia de repouso e adoração pública e privada, em memória da ressurreição de CRISTO e como penhor do descanso eterno. (Mat. IV, x; Deut. XII, xxxii; Act. II, xlii; I Tim. II, i, viii; Apoc. I, x; Act. XX, vii; I Cor. XVI, ii)

ii. Os sacramentos: Batismo e Ceia do SENHOR

CRISTO instituiu dois sacramentos como sinais e selos da aliança da graça: o Batismo e a Ceia do SENHOR. O Batismo, que substituiu a circuncisão, é o sacramento da iniciação na Igreja visível, sinal e selo da regeneração, da remissão dos pecados e da inserção em CRISTO; deve ser administrado com água em nome do PAI, do FILHO e do ESPÍRITO SANTO, estendendo-se também aos filhos dos crentes, herdeiros da promessa. A Ceia do SENHOR é o sacramento da comunhão e do alimento espiritual; nela, os crentes participam verdadeira e espiritualmente do corpo e do sangue de CRISTO, não pela presença carnal nos elementos, mas pela fé operada pelo ESPÍRITO, sendo

alimentados para a vida eterna. (Mat. XXVIII, xix; Act. II, xxxviii–xxxix; Col. II, xi–xii; I Cor. XI, xxiii–xxvi; Ioann. VI, liii–lvii, lxiii)

iii. O governo da Igreja e a disciplina

CRISTO, único Cabeça da Igreja, dotou-a de oficiais: pastores (bispos ou presbíteros) e diáconos, que exercem governo colegiado (presbiteriano ou sinodal). A disciplina eclesiástica, essencial à pureza da Igreja, deve ser aplicada gradual e amorosamente: advertência privada, repreensão pública, suspensão dos sacramentos e, em último caso, excomunhão do impenitente, sempre com o fim da restauração. A verdadeira Igreja visível se conhece pela pregação pura da Palavra, a reta administração dos sacramentos e o exercício fiel da disciplina. (Eph. I, xxii–xxiii; Col. I, xviii; Act. XV, iv, vi, xxii–xxiii; I Tim. III, i–xiii; Tit. I, v–ix; Mat. XVIII, xvii–xviii)

iv. Os concílios e sua autoridade

Sínodos e concílios (presbitérios, sínodos provinciais e nacionais, assembleias gerais) são instrumentos legítimos para a edificação e o governo da Igreja. Sua autoridade, todavia, é derivada e subordinada à Escritura; seus decretos são vinculativos apenas quando conformes à Palavra de DEUS, e suas decisões são passíveis de reforma por assembleias posteriores, pois nenhum concílio é infalível. (Act. XV, ii, vi, xxii–xxix; Act. XVI, iv; I Cor. XIV, xxxii)

J. FAMÍLIA, MATRIMÔNIO E MAGISTRADO CIVIL

i. A família como ordenação divina

A família, instituída por DEUS antes da Igreja visível e do magistrado civil, é uma pequena igreja doméstica e germe do Reino de CRISTO. O pai exerce os ofícios conjugados de sacerdote, profeta e rei na casa; a mãe coopera como auxiliadora sábia; os filhos devem obediência aos pais. A disciplina doméstica, exercida com justiça, constância e caridade, é

ordenada por DEUS para a santificação da família e a formação da piedade na posteridade. A reforma das casas é a reforma da nação. (Gen. XVIII, xix; Deut. VI, vi–ix; Eph. V, xxii–VI, iv; Prov. XXII, vi)

ii. O matrimônio pactuado

O matrimônio foi instituído no estado de inocência como um pacto perpétuo entre um só homem e uma só mulher, para a mútua ajuda, a procriação santa e a continência casta. É figura do mistério de CRISTO e da Igreja: o marido, cabeça amorosa e sacrificial; a esposa, auxiliadora idônea, de igual dignidade, porém de distinta função ordenada por DEUS. O vínculo é indissolúvel, salvo por adultério ou abandono do cônjuge incrédulo; todavia, a reconciliação deve ser diligentemente buscada. O novo matrimônio só se concede após legítima dissolução. (Gen. II, xviii, xxii–xxiv; Mat. XIX, iv–vi, ix; Eph. V, xxii–xxxiii; I Cor. VII, x–xv)

iii. A submissão civil e a obediência condicional

DEUS instituiu o magistrado civil como seu ministro para o bem, a quem os cristãos devem honra, tributo e obediência em todas as coisas lícitas. Todavia, quando o magistrado ordena algo contrário à Palavra de DEUS, ou proíbe o que DEUS ordena, impõe-se obedecer antes a DEUS do que aos homens, suportando com paciência as penas, sem levantar mão violenta nem conspirar contra a autoridade, pois a resistência cristã é espiritual e não carnal. (Rom. XIII, i–vii; I Tim. II, i–ii; I Pet. II, xiii–xvii; Act. V, xxix; Mat. XXII, xxi)

K. ESCATOLOGIA: O REINO JÁ PRESENTE E A CONSUMAÇÃO VINDOURA

i. O milênio como era presente

A presente era é o milênio, no qual CRISTO reina celestialmente e o Reino irrompe com poder na história, produzindo efeitos visíveis; mas esse Reino

não é ainda a consumação, e a plenitude permanece objeto de esperança. O Evangelho avança, nações são transformadas, todavia o joio cresce com o trigo, e a vitória do Reino se dá sempre sob a cruz, sem jamais inaugurar uma era intramundana de paz absoluta. (Mat. XII, xxviii; Eph. II, vi; Apoc. XX, iv–vi; Mat. XIII, xxiv–xxx, xxxvi–xlili)

ii. O juízo sobre Jerusalém e a certeza da consumação

A profecia de Mateus 24 e passagens correlatas teve cumprimento decisivo na queda de Jerusalém em 70 d.C., juízo divino sobre a antiga aliança. Este evento, âncora histórica, garante que a consumação futura será igualmente certa e concreta, sem reduzir-se a mero idealismo ou futurismo desencarnado. (Mat. XXIV, i–ii, xv–xxi, xxxiv; Luc. XXI, xx–xxiv; Dan. IX, xxvi–xxvii)

iii. A ressurreição, o juízo final e os novos céus e terra

No dia determinado, o SENHOR JESUS CRISTO voltará visível e corporalmente para julgar vivos e mortos. Os corpos dos justos ressuscitarão em glória; os dos ímpios, em desonra. Os livros serão abertos, e cada um será julgado segundo as suas obras. Os ímpios irão para o fogo eterno, e os justos herdarão a vida eterna em novos céus e nova terra, onde habita a justiça, e DEUS será tudo em todos, para a glória exclusiva do DEUS Trino. (Act. XVII, xxxi; Ioann. V, xxviii–xxix; I Cor. XV, xlii–xliv; Mat. XXV, xxxi–xlvi; Apoc. XX, xi–xv; Apoc. XXI, i–iv; I Cor. XV, xxviii)

SÍNTESE E CARÁTER DESSA EXPOSIÇÃO

i. Toda a teologia se alicerça sobre as Santas Escrituras, Regra infalível, suficiente e clara, à qual se submetem tradições, concílios e corações.

ii. DEUS é Trindade Santíssima, soberano absoluto que, desde a eternidade, decretou tudo quanto acontece, sem ser autor do pecado, antes sustentando e governando livremente as criaturas segundo o conselho da sua vontade.

iii. A criação inteira é existência comunicada e momento a momento mantida pela Palavra sustentadora; a providência, sábia e minuciosa, garante que todas as coisas cooperem para a glória divina e o bem dos eleitos.

iv. A queda mergulhou a humanidade em corrupção total e incapacidade espiritual; daí a absoluta necessidade da graça monérgica que, no pacto da graça, chama eficazmente, regenera, justifica, adota, santifica e preserva os eleitos até o fim.

v. A lei moral permanece como regra perpétua de vida; a liberdade cristã, longe de abolir a obediência, ordena-a pelo amor, debaixo da autoridade da Palavra.

vi. A Igreja, comunidade pactual, administra fielmente a Palavra, os sacramentos e a disciplina; a família é esfera sagrada de governo doméstico; o matrimônio, pacto indissolúvel que espelha CRISTO e a Igreja.

vii. A autoridade civil é ministro de DEUS e deve ser obedecida em tudo o que não contrarie a Escritura; quando ordena o mal, resiste-se espiritualmente, suportando as consequências em submissão paciente, sem sedição carnal.

viii. O Reino de CRISTO já opera na história, mas a consumação se dará somente na Parusia, com a ressurreição, o juízo e a instauração dos novos céus, onde a Palavra que sustenta tudo será tudo em todos. Soli Deo Gloria per Iesum Christum Dominum nostrum. Amém.

APÊNDICE A: GLOSSÁRIO DE TERMOS

i. Autopistós (autopistia)

Definição: Credibilidade intrínseca das Escrituras.

Explicação: A Bíblia, por ser Palavra de DEUS, não necessita de validação externa — seja da Igreja, da razão ou da experiência — para ser reconhecida como divina. O testemunho do ESPÍRITO SANTO no coração do crente é o meio pelo qual essa autoautenticação é recebida.

Base bíblica: Ioann. X, xxxv; II Pet. I, xix–xxi; I Cor. II, xii–xiv.

ii. Existência comunicada

Definição: Doutrina de que toda a criação subsiste não por poder intrínseco, mas como efeito contínuo da Palavra sustentadora de DEUS.

Explicação: Nenhuma criatura possui ser em si mesma; cada momento da existência é um dom comunicado pelo Criador. Isso preserva a distinção absoluta entre o Ser necessário de DEUS e o ser contingente do mundo, ao mesmo tempo que confere realidade plena às causas segundas, que operam sustentadas pela mão divina.

Base bíblica: Col. I, xvi–xvii; Heb. I, iii; Act. XVII, xxviii; Neh. IX, vi.

iii. Supralapsarismo

Definição: Ordem do decreto divino em que a eleição e a reprobção são consideradas antes da permissão da queda (supra lapsum).

Explicação: DEUS, ao planejar a história, primeiro decretou o fim (glorificação de alguns e condenação de outros) e depois os meios (criação, queda, redenção). Isso visa enfatizar a soberania absoluta de DEUS na salvação, sem jamais fazê-lo autor do pecado.

Base bíblica: Eph. I, iv–v, xi; Rom. IX, xi–xiii, xxi–xxiii.

iv. Pacto da graça

Definição: Acordo soberano de DEUS, estabelecido na eternidade e revelado na história, pelo qual Ele concede salvação gratuita a pecadores eleitos, mediante a fé em JESUS CRISTO.

Explicação: Diferente do pacto de obras com Adão, o pacto da graça é unilateral em sua instituição e condicional apenas em seu instrumento de recepção (a fé, que é dom). CRISTO é o Fiador que cumpriu a condição de obediência perfeita em lugar dos seus.

Base bíblica: Gen. III, xv; Gen. XVII, vii; Gal. III, xvi–xviii; Heb. VII, xxii; Heb. VIII, vi–xiii.

V. Chamada eficaz

Definição: Ato pelo qual DEUS, pelo ESPÍRITO e pela Palavra, chama os eleitos de modo irresistível e infalível à fé em CRISTO.

Explicação: Distingue-se da chamada externa (geral), que pode ser resistida. A chamada eficaz cria no coração aquilo que ordena: fé e arrependimento, operando sem violência, mas com poder criador.

Base bíblica: Rom. VIII, xxx; Ioann. VI, xxxvii, xlv–xlv; Ezech. XXXVI, xxvi–xxvii.

VI. Teonomia (terceiro uso da lei)

Definição: O emprego da lei moral de DEUS como regra de gratidão e santificação para os crentes regenerados.

Explicação: Longe de ser abolida, a lei permanece como expressão da vontade santa de DEUS, guiando a obediência filial. O crente a guarda não para ser salvo, mas porque já foi salvo, impelido pelo ESPÍRITO e pelo amor a CRISTO.

Base bíblica: Psal. CXIX, cv; Mat. V, xvii–xix; Iac. II, viii–xii; I Cor. IX, xxi.

VII. Milênio (amilenarismo reformado)

Definição: O reinado de CRISTO com os santos durante a presente era da Igreja, até a sua segunda vinda.

Explicação: Não se espera um reino literal de mil anos após a história, mas crê-se que a Era da Igreja é o milênio simbólico de Apocalipse 20, no qual os crentes reinam espiritualmente com CRISTO e Satanás está limitado. A vitória do Reino se dá progressivamente, mas sob a cruz, e a consumação será inaugurada pela Parusia.

Base bíblica: Apoc. XX, iv–vi; Mat. XII, xxviii; Eph. II, vi; Mat. XIII, xxiv–xxx.

Viii. Soli Deo Gloria

Definição: Princípio reformado de que toda a criação, história e redenção têm por fim último a glória exclusiva de DEUS.

Explicação: A salvação monérgica, a dependência contínua da criação e a consumação final convergem para que ninguém se glorie diante d'Ele e para que só DEUS seja exaltado.

Base bíblica: Rom. XI, xxxvi; Eph. I, vi, xii, xiv; I Cor. I, xxxi; I Cor. XV, xxviii.

Fielmente extraído e desenvolvido conforme os meus Símbolos Particulares, para edificação dos santos e testemunho da verdade.

Ass:  
Jairo de Sousa Nascimento

O documento está assinado e certificado pelo Gov.br, com integridade garantida no padrão ICP-BRASIL.
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Como validar essa assinatura: Renomeie este Arquivo para: **Dos_Símbolos_Particulares_assinado.pdf** Assesse o link:
<https://validar.iti.gov.br/> Concorde com os termo de responsabilidade, e anexe o Arquivo Renomeado, depois só Clique em **Validar**